

RESENHAS

CARRATO, José Ferreira — *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. São Paulo, Ed. Nacional (1968) 311 pp. (Brasilliana, v. 334).

A restrição do título e a modéstia do subtítulo que José Ferreira Carrato, definitivamente consagrado como um dos mais sérios pesquisadores de nossa história, emprestou à sua obra, não permitem entrever a história de Minas Gerais, que agradavelmente faz desenrolar como pano de fundo para a Igreja, as escolas e a cultura mineira do séc. XVIII.

Bandeirantes paulistas e forasteiros portugueses atraídos pelo ouro chocam-se nos primeiros tempos (v. Guerra dos Emboabas) mas “as autoridades de El-Rei... em benefício principalmente da Real Fazenda, começam a pôr na anarquia geral e a colibir as prepotências fiscais e civis dos régulos da grossa mineração” (p. 4). E aos poucos se delineia aquela “rude sociedade em formação”: são agricultores, artesãos, comerciantes, mineradores, mineradores-agricultores, oficiais (funcionários e militares) e profissionais liberais. Pelo estudo do *Livro III de Devassas ou Visitas (1763-1764)* analisa o Autor os costumes e as “culpas” dessa gente — destacam-se dentre aquelas, numa sensível proporção o concubinato, citando-se vários casos. A classe dominante é formada pelo minerador rico, pelos proprietários de terras, de lavras, de curral de gado e pelos comerciantes. É a propriedade latifundiária realmente a que representa a estabilidade, a “permanência das coisas tidas e possuídas”. No final do séc. XVIII, após várias décadas de loucura coletiva — é o que conta: a propriedade, o lar, a segurança individual e coletiva.

Para poder bem estruturar o quadro religioso e a atuação da Igreja, que se segue, J. F. Carrato termina a primeira parte demonstrando como, a partir de 1730-1740, consolida-se a vida política, administrativa, econômica e social de Minas Gerais. Foram apaziguados os ânimos, estabelecidas as taxações; sedimentou-se a “nobreza” mineira, pela prestação de serviços administrativos e militares, iam-se preparando “belas carreiras de doutôres”, seus filhos que se dirigiam para Coimbra.

A religião entra em Minas com os próprios bandeirantes e evolui mansamente. No período áureo da mineração, ao lado de frades tão transtornados pela cata do ouro ou pela posse da terra como qualquer aventureiro, encontramos sacerdotes tenazes no seu mister da salvação de almas. A igreja mineira dá mostras do seu peso no *Triunfo Eucarístico*, em 1733, “a maior festa talvez da história colonial brasileira”: típica manifestação barrôca, a mais grandiosa e ostensiva procissão que já

se vira em Vila Rica, "festa mais de regozijo dos sentidos, que propriamente de comprazimento espiritual" (1). Aliás, as festas religiosas são ansiosamente esperadas pelo sertanejo, falto de outras atividades sociais. Mostra muito bem o Autor que nas Minas a implantação católica faz-se diferentemente das outras regiões: não resulta de envagelização missionária mas chega mais embebida de "lusitanismo" trazido por povoadores e aventureiros. A atração pela pompa e pelo aparato, a graça e riqueza de altares e roupagens prendem mais os devotos que teorias, dogmas e liturgias: nada mais português e brasileiro: a prática devocional externa. A proclamação e a romaria, os terços coletivos e o culto de imagens são típicas instituições desse tipo de catolicismo de manifestação exterior. O grande centro mineiro de peregrinação na época é Congonhas do Campo. A construção dos templos foi outra preocupação dos mineiros setecentistas. Os hospitais, as escolas e mesmo os conventos podiam ser esquecidos, mas não as Igrejas, que ostentavam mais. Obedecem elas a todo um estilo herdado da pátria-mãe: suas características e estudo comparativo com as de outros países europeus são feitos pelo Autor a partir da p. 41.

O papel do clero nesta religião, que toma em Minas feição tão característica é, principalmente, o de evitar os excessos e trazer as ovelhas sempre de volta ao caminho da virtude cristã. Os primeiros sacerdotes que aí aportam na pegada de bandeirantes e forasteiros, muitos trazidos pela mesma febre do ouro, submetem-se a precárias, tóscas e viciosas condições de subsistência como de realização de seus ofícios. Em tal meio, muitas serão as tentações sobre as virtudes clericais: dinheiro, mulher, política, honrarias e estudos profanos. D. Frel Manuel da Cruz inicia a organização da Igreja Mineira colonial com a criação do Cabido Diocesano, mas o seu zelo encontra, com frequência, seu clero, a maior parte das vezes sem vocação, a braços com estes problemas. A conjuntura explica, em parte, estes desmandos uma vez que "se o século XVIII foi, na Europa e em toda a parte, uma época de decadência religiosa, no Brasil em geral e nas Minas Gerais em particular, essa decadência foi profunda, como estamos vendo, ainda agravada pela ausência ali daquela reserva da Igreja Católica, que tem sido, em suas horas de crise, os verdadeiros batalhões sagrados da salvação da fé: as Ordens Religiosas"... (p. 26). Os poucos representantes que, em Minas despontam no séc. XVIII, apenas fazem a vergonha de suas Ordens.

Sacerdotes que se destacam, de uma maneira ou de outra, são pelo Autor lembrados, à base de farta documentação, através de fatos e de ações que os notabilizaram. Sobreeleva-se a outras a figura de D. Frel Cipriano de São José, verdadeiro príncipe eclesástico iluminista, vivendo requintada e luxuosamente, interessado em Letras e Ciências.

Encerrando a análise minuciosa que faz da Igreja mineira setecentista, F. F. Carrato estuda as "Elites na Igreja Mineira". Como oferecer a fé a este aventureiro bronco cuja única preocupação é o ouro? E quando este ouro os eleva socialmente, a ponto de fazerem-nos afrontar as autoridades eclesásticas, numa época ademais, já regalista? A estes, aos sem fé, juntam-se as autoridades metropolitanas, imbuídas do mesmo espírito. Já os "doutores de Coimbra" têm um comportamento diferente, são cristãos fervorosos e respeitadores da Igreja, em sua maioria. Tanto para um como para outro o Autor tem fatos importantes uns, pitorescos outros mas em sua totalidade muito bem apolados quer na bibliografia quer em fontes primárias.

As escolas mineiras têm seu marco inicial com a Carta régia de 22 de março de 1721, assinada por D. João V, instituindo-as, fato que o Autor estranha pois não parecia haver por parte das autoridades, naquela região, elemento humano "educável". O governador da Capitania na época, D. Lourenço de Almeida, pede ape-

(1) No dizer de Affonso Aylla, que tão bem analisa o «Triunfo Eucarístico», no seu *Resíduos seiscentistas em Minas...* Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967, p. 11 a 23. O espetáculo completo abrangeu, além das solenidades sacras, exhibições de música, coreografia, teatro, poesia e jogos públicos.

nas que sejam enviados Mestres avulsos para ensinar a ler e escrever e mesmo assim não julga possível «que lhes aproveite as luzes, conforme a experiência, que he em todo este Brasil mas sempre se ha de obedecer a V. Mge. como he justo e somos obrigados». Parece ignorar êle a contribuição positiva que as escolas jesuítas vinham emprestando há tempos.

É a tônica geral a preocupação dos rudes pais mineiros proporcionarem aos filhos uma educação que os habilite às dignas carreiras das letras, das leis, ou da batina — pois a Colônia nada oferecia além de aulas domésticas ou padres-mestres capelães. Assim saem eles em direção a Coimbra, de onde voltarão esclarecidos e “doutôres”.

O Seminário de Mariana merece um destacado item: mais um fruto da Companhia de Jesus, feito à fiel semelhança de seus colégios, êle reflete as tendências “pedagógicas” das novas conceituações educacionais da época, o século XVIII, com sua universal “fermentação criativa de mil e uma iniciativas novas, um como formigamento de idéias e atividades diferentes, sintoma auspicioso do interesse crescente de governos, elites e das próprias massas populares pelas coisas da ciência e do seu aprendizado” (p. 104). O papa Bento XIV, quando pede a criação do Seminário visa principalmente a formação de “cleros nativos” além do oferecimento de “estudo público”.

O Iluminismo, “padrão universal de uma nova era cultural” e propósito do capítulo IV, reflete-se em Minas Gerais através das reformas pombalinas de ensino. Estas sucedem-se a partir de 1759, quando D. José I proscreve tôdas as escolas jesuíticas e estabelece a reforma do ensino de humanidades no Reino. A grande inovação pensada foi a secularização do ensino. A tentativa de arrebatar professorado civil mediante concurso não deu certo, e o remédio foi mesmo recorrer a outros religiosos. A lei que estruturava o ensino primário oficial data de 1772 e regulamentava sobre as atividades docentes e discentes, o programa, vencimentos, habilitação do professorado, etc.

As razões da necessidade de uma reforma na Universidade de Coimbra e outros setores educacionais são vistas pelo Autor antes de analisar as providências tomadas pelo Marquês de Pombal quando no poder. Este preocupa-se com a reorganização do ensino e do estudo em Portugal, colocando-os dentro dos esquemas filosófico-pedagógicos do Iluminismo.

Professôres, escolas e alunos são pitorescamente lembrados através da literatura e dos documentos da época. As escolas régias oferecem Primeiras Letras, Gramática Latina, Retórica, Poética, Filosofia Racional e Moral, incluindo-se em cada uma delas os conhecimentos afins. Os que se destacaram, em Minas, no ensino de uma ou de outra das matérias, são lembrados por J. F. Carrato.

A desorganização sócio-político-cultural provocada pelo “trauma da Inconfidência” atinge grandemente os jovens mineiros doutôres de Coimbra. A reforma daquela Universidade trouxe com seus recentes cursos de Matemática, Medicina e Filosofia uma nova mentalidade científico-profissional que, vencendo as barreiras na velha preferência “bacharelista”, viria prestar inestimáveis serviços na exploração das riquezas nativas ou no aprimoramento cultural da pátria. O antigo aldeão aventureiro agora elevado financeira e socialmente manda seu filho a Coimbra fazer-se doutor. Os que optarem ainda pelo bacharelismo resultarão, além do que possa produzir na magistratura e na advocacia, com pendôres literários e políticos. Esta combinação ver-se-á claramente na plêiade que faz a Inconfidência. E cientistas, bacharéis (os chamados letrados) e padres — “elite iluminista” fazem sentir sua presença na vida cultural daquelas Minas que vê esgotarem-se, implacavelmente, os ricos aluviões. Importante é a observação do Autor sobre a diferença de atitude entre êstes doutôres que beiram o séc. XIX e os da geração anterior que, ainda condicionados à mentalidade saudosista e ufanista de seus pais portugueses, jamais regressaram. Dentre aquêles moços, em suas tertúlias, seus escritos, seus pronunciamentos, surge o inconformismo com “o exaurimento das minas

do ouro, a implacável manutenção dos quintos reais impossíveis, os males do mercantilismo exclusivista, as violências fiscais e policiais das autoridades régias" (p. 196).

O drama da Inconfidência com toda sua trágica plasticidade dá oportunidade à pena de Carrato, de valor literário de há muito consagrado, de transportar-nos "àqueles dias de tragédia grega" e vivê-los em toda sua intensidade. E após a Conjuração, a grande debandada populacional: é o ouro que se esgota, é a perseguição policial que se sucede ao enforcamento de Tiradentes, é a inquietação aventurista que demanda novas fontes de emoção e de riqueza; testemunhos coesos mostram a ruína e a pobreza crescente de regiões que, há pouco, resplandeciam em ouro. A atividade agrícola não consegue substituir, na índole do mineiro, o gosto e a sensação da cata.

Como se comporta o Governo metropolitano diante da crise? "Jamais a Administração Régia chegou a compreender que a produção do ouro deveria ser a soma de múltiplas e diversas providências governamentais, científicas, técnicas, financeiras, e até de ordem moral e humana; que os domínios ultramarinos poderiam oferecer outras riquezas que não aquelas colhidas pelo simplismo brutal da predação colonialista ou pelo implacável fisco mercantilista" (p. 231). O "quinto", as "entradas" e os "dízimos" agora deveriam ser sustentados pela agricultura e pelo comércio, rezavam as Instruções, a maioria delas, assim como os próprios Capitães Generais, ineficientes, abusivas e distantes da realidade. A Administração Régia contou, é verdade, a partir de certo momento, com a colaboração dos doutores de Coimbra, e o Autor destaca os mineiros. Mas o muito que fizeram não podia cobrir o desgaste irremediável que sofrera a Metrópole em terras de Minas. Era ela a província mais montanhosa do Brasil, com seus rios e vales, seus "campos gerais", terra não só de minérios mas fértil para agricultura e gado como já notavam os cronistas e viajantes. Mas a crise advinda da carência do ouro fácil era muito grande e parecia impossível que a capitania conseguisse superá-la, neste limiar do séc. XIX. Apenas uma investida técnica em grande escala, usando os mais modernos recursos da ciência da mineração, possíveis na época, teriam salvo, até certo ponto, a exploração metalífera. A Metrópole falhou redondamente ao não tomar estas providências. O empirismo, a ignorância, o material primitivo, o imediatismo presidiram sempre a produção aurífera. Multíssimo pouco, repetimos, puderam fazer, tão tardiamente foram chamados um Dr. José Vieira (1789) ou um Barão de Eschewege (1811), além do mais, duramente criticados e desprezados por certas autoridades; — a mentalidade técnica encontrava barreiras quase intransponíveis.

A agricultura também teve "suas más origens", embora tenha sido sempre intensa a sua atividade. "Enganam-se os que pensam ter-se dedicado às lavras de ouro a maioria da população das Minas, mesmo nos dias do fastígio áureo" (p. 257). Eram o milho, mandioca, feijão e arroz que, ao lado do gado, asseguravam o abastecimento das Minas. Também nesta atividade intervêm, teoricamente, os doutores mineiros: são escritos estudando e incentivando o cultivo de diversos gêneros agrícolas menos conhecidos. A produção advinda da agricultura, da pecuária e a artesanal ganham corpo e em princípios do séc. XIX já atingem outras Capitanias, em razoável ritmo, embora os caminhos e as comunicações sejam sempre difíceis. O que impossibilita, também, o acesso de produção de outras regiões. Minas tem que se contentar com o que produz: embora exporte muito (o ouro!), pouco importa: o que vem de fora resume-se no sal, algum vinho, azeite e aguardente do Reino, tecido, armas e o gado bovino e muar de Sorocaba. Tal movimentação econômica, entretanto, que não desperte ilusões: é de pobreza o estado geral das populações rurais: os tempos (e a índole...) não são de estímulo a melhorias e progressos.

Tendo o sentido profundo que tem, de pesquisa histórica no seu mais estrito cunho científico, muito constringe ao leitor interessado (entusiasmado mesmo, porque o estilo do Carrato-literato entusiasmo realmente e não desmerece o Carrato-historiador) — a presença de certas comparações que teriam talvez seu papel numa crônica jornalística ou radifônica, mas nunca numa obra de tal porte. Citaremos alguns destes anacronismos, os que mais nos chamaram a atenção. As referir-se aos

portuguêses que deixam a terra natal para ir trabalhar e enriquecer em outros países refere-se o Autor, desnecessariamente, à conversa que teve, há poucos anos, com o Chanceler do Consulado português em Munique, quando este lhe falou do encanto que os morenos meridionais exercem sobre as louras saxãs, atualmente como dantes (p. 11); para a história mineira do séc. XVIII, que importa que o sr. Israel Pinheiro tenha nascido nesta ou naquela casa? (p. 21); toda a bela descrição que faz da procissão do Triunfo Eucarístico basta para que o leitor a veja em imaginação, não é preciso (e nem científico) compará-la a "produções cinematográficas de De Mille ou Dino de Laurentis" (p. 33); notoriedades momentâneas, como tantas "modas" do séc. XX, o que significarão para um leitor futuro interessado no tema? Ele entenderá as rezas coletivas do séc. XVIII sem que seja preciso dizer que eram "no melhor estilo do Padre Peyton" (p. 47); a mesma razão aplica-se a ... "furando a onda... numa cauta operação de surf"... e, há muitos fatores para valorizarmos Minas Gerais sem que seja... «o recheado cofre bancário mineiro, hoje tão respeitado em todo o Brasil»...

Enfim, como o notou a autoridade de Américo Jacobina Lacombe, a obra "é uma contribuição inteiramente nova para a visão da história mineira", ligando iluminismo e crise econômica em Minas no fim do séc. XVIII, e é uma cabal demonstração de aonde chegar a pesquisa documental sistemática, organizada e, porque não dizer, apaixonada de um intelectual que, tendo suas raízes no mineiro Caraça, raízes quer de formação quer de historiador, sempre pôs a serviço dos estudos mineiros o melhor de sua inteligência e de seu trabalho. — HELOÍSA LIBERALI BELLOTTO.

VIANNA, Hélio — *São Paulo no Arquivo de Mateus*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969. 126 pp. (Coleção Rodolfo Garcia).

Artigos e comentários publicados por Hélio Vianna no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, em 1966, aparecem agora reunidos pela Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional sob o título inadequado de "*São Paulo no Arquivo de Mateus*". Este pressupõe um levantamento à semelhança da obra de João Cabral de Mello Neto, *O Arquivo das Índias e o Brasil*. Tratam-se, na verdade, de estudos sobre e de autoria de Pedro Taques, sobre o Morgado de Mateus e sobre a chamada Questão Vimieiro-Luminares, à luz do valioso Arquivo, trabalhos estes todos de incontestável valor para o estudioso da história do Brasil setecentista. Entretanto, a generalização que o título faz supor e a falta de homogeneidade dos capítulos, causada pela sua própria estrutura parcelada de artigos de jornal, não desmerecem a publicação, profunda no seu sentido historiográfico — profundidade esta já sobejamente demonstrada pelo autor na sua vasta bibliografia.

O Arquivo de Mateus congrega a documentação reunida pelo Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, que foi Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, de 1765 a 1775. O precioso acervo pertence atualmente à Secção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, tendo sido adquirido por iniciativa de Celso Cunha, quando Diretor daquela instituição, à Casa de Mateus, em Portugal.

Pedro Taques de Almeida Pais Leme, exaustivamente estudado como personalidade e como historiador, teve seu mais eminente biógrafo em Afonso E. Taunay, que lhe dedicou vários livros e artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nos Anais do Museu Paulista. Legou-nos Pedro Taques, entre outros, a "História da Capitania de São Vicente...", "Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo", "Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica", "Informação sobre as Minas de São Paulo...", "Notícia da expulsão dos jesuítas" e "Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania".

Do Arquivo de Mateus extraiu Hélio Vianna três memórias de Pedro Taques sobre temas paulistas, de repercussão nacional, pois implicam na exploração das futuras Minas Gerais, na época pertencentes ao território da Capitania de São Paulo.